

SENTIDOS DE EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO PARA JOVENS: “POR UM PENSAMENTO CRÍTICO SEM CONOTAÇÃO IDEOLÓGICA”

Joelma Aparecida Bressanin¹

José Ricardo Menacho²

As eleições presidenciais do ano de 2022 foram acirradas no Brasil. Os candidatos mais votados no primeiro turno, em conformidade com a legislação eleitoral brasileira, ainda disputaram o pleito em uma segunda rodada. Dentre os mais votados, tínhamos, de um lado, o então Presidente da República e postulante à reeleição, Jair Bolsonaro, filiado ao Partido Liberal (PL), e, de outro, Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República por dois mandatos consecutivos, de 2003 a 2011, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT).

A agenda de extrema direita – assim qualificada por seus opositores, bem como por jornalistas, comentaristas políticos e pesquisadores – defendida pelo candidato à reeleição do PL, em sua campanha, foi, basicamente, a mesma de 2018 quando se elegeu, podendo ser resumida em um enunciado amplamente divulgado e reproduzido por ele mesmo e por seus apoiadores: “Deus, pátria, família e liberdade”. Lula, por sua vez, compondo uma frente ampla democrática, que se estendeu ainda mais no segundo turno das eleições, propunha uma agenda diametralmente oposta àquela, fundamentada em dois pilares: união e reconstrução, dizeres que, posteriormente, após a sua eleição, tornaram-se o slogan, a marca de seu governo.

Ressaltamos, ainda, que, para o candidato do PL, o outro, o diferente, aquele que dele discordasse, aquele que se contrapusesse às suas propostas e opiniões, mais do que um adversário, era considerado um inimigo, e não apenas dele e de seus apoiadores mais fidelizados, mas um inimigo da pátria, alguém que estaria comprometendo ou impedindo o desenvolvimento, que poderia colocar o país em perigo, alguém, portanto, que deveria ser anulado, parado, ou que deveria deixar o território nacional.

Assim, sendo provocados pelas condições de produção descritas, que, à luz de nossa filiação teórica, não devem ser tomadas como contextuais, mas como constitutivas e determinantes do dizer; e considerando os objetivos do projeto “A gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des)igualdade em discursividades contemporâneas”, proposto, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do

¹ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Docente e pesquisadora no Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso. Líder do grupo de pesquisa GEPELCO/CNPq e coordenadora do projeto “A gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des)igualdade em discursividades contemporâneas” (UNEMAT/FAPEMAT). Atua na área de Análise de Discurso e História das Ideias Linguísticas. E-mail: bressanin.joelma@unemat.br.

² Doutor em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Docente do Curso de Direito da UNEMAT, Campus Universitário “Jane Vanini”, em Cáceres-MT. Pesquisador do Grupo de Pesquisa GEPELCO/CNPq e membro do projeto “A gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des)igualdade em discursividades contemporâneas” (UNEMAT/FAPEMAT). Atua na área de Análise de Discurso, Direitos Humanos e História do Direito. E-mail: menacho@unemat.br.

Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), pelo Grupo de Estudos Políticas de Ensino de Línguas no Centro-Oeste (GEPELCO), ao qual pertencemos: primeiramente, decidimos nos incursionar pelos planos de governo daqueles dois candidatos à presidência da República, pontuando suas regularidades e particularidades e constituindo, em suma, um arquivo sobre a matéria; e, em um segundo momento, do arquivo constituído, selecionamos, para este estudo, ainda em desenvolvimento, alguns dizeres formulados na seção de educação do plano de governo do candidato do PL, de onde extraímos o seguinte recorte: <A gestão 2023-2026 terá a tarefa de incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras, permitindo que os alunos possam exercer um pensamento crítico sem conotações ideológicas que apenas distorcem a percepção de mundo, em particular aos jovens, e geram decepções no cidadão que busca se colocar no mercado após concluir a sua formação>.

Chegamos a esse recorte não apenas em razão do nosso interesse de pesquisa pelas múltiplas veredas, perspectivas e práticas discursivas do/sobre o ensino/educação, mas, e sobretudo, movidos pelo funcionamento do político (Orlandi, 1998), isto é, movidos pelo modo como a divisão de sentidos, em sua relação com o trabalho da ideologia e com uma dada rede de “formações discursivas” (Pêcheux, [1975] 2014, p.147), está sendo administrada e textualizada.

Inicialmente, chamou-nos a atenção, ainda na materialidade linguística, como: (i) a educação/formação dos jovens, tal qual defendida no plano, tem como fundamento a adoção de um “pensamento crítico sem conotações ideológicas”; (ii) a adoção de “um pensamento crítico sem conotações ideológicas” – entendido como um tipo de abordagem a ser respeitada pelos professores no trato das disciplinas (“Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras”, consoante o recorte), que pode ser capaz tanto de garantir o exercício da cidadania (posto que não “geram decepções aos cidadãos”) quanto a inserção no mercado de trabalho.

A partir dessas inquietações, algumas questões irromperam para nós e nos auxiliaram, posteriormente, passo a passo, a compor o nosso objetivo, e, principalmente, a persegui-lo: (i) que efeitos de sentido sustentam a relação automática de causa e consequência entre o emprego de um “pensamento crítico sem conotações ideológicas” e um resultado outro, mais eficaz, mais apropriado para os jovens se inserirem no mercado de trabalho? (ii) Como os pré-construídos acerca da educação/formação dos jovens são acionados e operam para a estabilização e/ou homogeneização dos sentidos?

Diante dessas questões e filiados à Análise de Discurso materialista – teoria fundada por Michel Pêcheux e colaboradores, na França, na década de 60, e reterritorializada por Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil, a partir da década de 80 – buscamos compreender os sentidos de formação/educação para jovens, em funcionamento no plano de governo apresentado à população brasileira pelo então presidente Bolsonaro.

Como proposta para a educação, segundo o seu plano de governo, o candidato do Partido Liberal, caso fosse reeleito, incluiu como uma das tarefas de sua próxima gestão: “incrementar ações que forneçam

os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras”, com o fito de que “os alunos possam exercer um pensamento crítico sem conotações ideológicas que apenas distorcem a percepção de mundo”.

Como um gesto preliminar a ser destacado, entendemos que é possível identificarmos, no recorte selecionado, o funcionamento da política do performativo (Pêcheux, [1979] 2011), promovendo o apagamento do político. Pêcheux ([1979] 2011, p.89), ao analisar a propaganda estatal, aponta-nos que as condições de assujeitamento político e ideológico do capitalismo após a guerra foram profundamente modificadas e o Estado capitalista moderno passou a se utilizar de toda a arte da propaganda, no intuito de atingir as massas populares, por meio da “língua de Estado”, que representa o real sob uma falsa aparência. Dito de outro modo, insere-se nessa política imaginária, a ordem do parecer (um simulacro do real), em que os gestos e as declarações substituem as práticas, em que o dizer é içado e colocado no mesmo patamar do fazer. O que é dito basta por si só, prescinde do fazer, pois a este se equipara.

Em “incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática...”, parte-se do pressuposto de que, em seu primeiro mandato, algo já fora feito a respeito, e que continuará sendo feito, progressivamente, caso seja reeleito. Mas incrementar o quê? Quais ações? De que modo? E quais são “os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras”? São fundamentos universais e atemporais? São fundamentos que podem ser utilizados da mesma forma e em todo lugar sempre? São padrões irretocáveis que transcendem o tempo? Como pontuamos, o dizer, ao ser equiparado ao fazer (ou, até mesmo, ao que, supostamente, já foi feito e continuará sendo) acaba por encobrir as condições de produção e problemáticas que delineiam esse último, enfim, acaba por encobrir as suas contradições, dificuldades, incongruências, tornando, pois, o fazer, no caso em questão, a educação e seus muitos desafios, em uma frente de ação que depende da verbalização de um desejo, de uma pretensão, do falar, da manifestação inequívoca de uma intenção, de uma força de vontade. O que se fala acontece.

Ao encobrir as contradições, as disputas e a historicidade do que é dito, a política do performativo, conforme demonstraremos a seguir, apaga, como um desdobramento recíproco, o político, posto que: faz parecer que só há um sentido de/para o significante educação, que não é outro senão aquele pontuado pelo plano; e unifica/homogeneiza encaminhamentos sobre a educação, visto que o destaque dado ao assunto é este o de: “Incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras [...]”.

Expliquemo-nos.

Para o apagamento do político, a política do performativo, como um dos fundamentos, ou como um dos sustentáculos do processo de significação sob análise, faz parecer que só há um sentido de/para o significante educação, isto é, faz parecer que o significante educação possui uma essência a ser revelada e/ou buscada, uma essência que acompanha a palavra, que dela não pode ser desvinculada; uma essência que é: *imutável*, que não desliza, que não está sujeita ao equívoco (Ferreira, 2000), que, desde sempre e

para sempre, será a mesma; *atemporal*, que não pode ser datada, submetida a um lapso temporal, que transita incólume pelo tempo; e *universal*, que é geral, que se aplica a todo e qualquer sujeito, sem exceção, independentemente de onde estiver.

A determinação histórica, as disputas, as divisões e as desigualdades são administradas e sintetizadas, na correlação histórico-material de forças entre os sentidos que constituem o termo, em um único significado, como se outros não existissem ou como se outros não pudessem existir. Na primeira parte do recorte: “a gestão 2023-2026 terá a tarefa de [...]”, podemos observar mais algumas articulações da política do performativo. As táticas e estratégias sobre o que deve ser feito para a educação são de conhecimento do proponente, são creditadas à sua argúcia, à sua perspicácia, o que legitima, como efeito, a sua proposição. Algo precisa ser feito e, embora não esmiúce, ele, como tivera a experiência na Presidência da República, como ocupara (e segue ocupando essa posição), sabe o que é, sabe avaliar e dimensionar o que é bom ou ruim para..., sabe indicar o que deve ser evitado e o que pode colaborar para..., e tanto sabe, tanto conhece do riscado, que aponta, em seu plano, o que uma próxima gestão “terá...” que fazer, quando o assunto for educação.

Observamos que a relação de equivalência (dada como certa) entre o dizer e o fazer, para sustentar seus efeitos – de credibilidade acerca do que está sendo dito, por exemplo – reivindica constitutivamente (como mais um pressuposto), em contraposição à dispersão e à diversidade dos sentidos, um sentido único para [...]; um diagnóstico e uma resposta a respeito de [...], pois, assim, faz reverberar a garantia, embora imaginária, de que o que está sendo dito, não obstante a disputa de outros possíveis entendimentos e significados sobre o tema, é a orientação mais recomendável, adequada, plenamente válida, com resultados assegurados, porque não faz curvas ou apresenta rupturas, é exclusiva, objetiva, assertiva [...]. Aliás, se assim não fosse, se não houvesse uma direção interpretativa definida sobre: o que é educação para...; o que fazer para a educação...; e quais são ou devem ser as prioridades, aquele efeito (ilusório) de equivalência restaria comprometido, outra seria a sua configuração, pois como manter um vínculo que performa o dizer, equivalendo-o ao fazer, diante da diversidade de sentidos?

O sentido único (imputado ao tema) que, conforme expusemos, fundamenta, como um pressuposto, o efeito de equivalência entre o dizer e o fazer, não é natural, tampouco seus discursos constitutivos, suas marcas e pegadas, coercitivamente arregimentadas, não estão disponíveis para uma leitura que possui, exclusivamente, como aparato, um dispositivo ideológico de interpretação. Ademais da força produtiva da ideologia – visto que esta, insistimos, como um mecanismo em operação nos processos de significação, e não como um conteúdo, ou como uma tendência relacionada a um espectro político-partidário, estabelece certezas e consensos sobre... –, bem como, conforme ainda demonstraremos, ademais de sua inscrição em uma dada rede de formações discursivas e dos pré-construídos presentificados na base do dizer, o aludido sentido único para a educação é produzido, e o é, a partir de algumas ilusões: (i) a partir de uma ilusão logicista, que associa palavras e significados como duplas inseparáveis, intrínsecas e imanentes – logo, o que é dito somente terá um significado e não outros; (ii) a partir de uma ilusão de exatidão, em tese

universal, que move o sujeito (jurídico-capitalista, o sujeito de direito) a imaginar que tem a língua e os significados das palavras à sua disposição, à tiracolo, que domina e consegue extrair o único (e o verdadeiro) sentido das coisas e que detém o controle de como o outro lhe interpretará.

A educação é tomada pelas disciplinas (por essa razão a necessidade de: “incrementar as ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas...”) e por ter de ser capaz, em suas concepções, aplicações e iniciativas, de possibilitar ao jovem, “após a sua formação”, uma colocação no mercado de trabalho. O sentido predominante, então, em prejuízo de outros que acabam por não aparecer, é o da educação como um período/uma fase de instrução, de aprimoramento, de preparação para alcançar um fim; como um espaço de aprendizagem, segundo um viés pragmático e utilitarista, cuja margem já está traçada e dirigida ao campo profissional, não para ressignificá-lo, por meio de práticas outras, mas para mantê-lo, para fazer as suas engrenagens rodarem, seguirem o seu curso, preferencialmente, em total harmonia.

Como outro de seus fundamentos ou sustentáculos para o apagamento do político, a política do performativo em funcionamento, unifica/homogeneiza encaminhamentos sobre a educação, uma vez que o destaque dado ao assunto é este, o de: “Incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia, Ciências de uma forma geral e outras [...]”.

A proposta é explicitada como se fosse uma obviedade, como algo que já está consolidado para os (possíveis) interlocutores e, que, indiscutivelmente, considerando os seus predicados (por sinal, não pormenorizados), ao ser aplicada, proporcionará resultados favoráveis. Por ser assim, uma abordagem, que, tal como apresentada, soa como autoexplicativa e necessária – de acordo, é claro, com a intervenção das representações e dos tipos ideais articulados e conduzidos pelo teatro das evidências ideológicas – logo, basta dizê-la, posto que o que é dito, reiteramos, é interpretado como crível, exequível, como plenamente possível; enfim, o que é dito é realizável.

Para a educação melhorar no Brasil – ou continuar melhorando, tendo em vista que o plano apresentado à sociedade brasileira, e selecionado por nós, é de um candidato à reeleição – o diagnóstico mais confiável é aquele já explicitado, e a receita para remediá-lo e/ou superá-lo é esta, e não outra: “Incrementar...”. Se, como vimos, a educação é reduzida às disciplinas, ou seja, é reduzida aos conteúdos programáticos, das mais diversas áreas do conhecimento, que devem ser trabalhados ao longo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, as medidas mais acertadas para dar cabo de suas problemáticas ou para aprimorar a sua qualidade são aquelas que propõem providências a essa frente.

Mas quais seriam os incrementos? “Incrementar” o quê? Investimentos? A elaboração, o cumprimento e a efetivação de políticas públicas voltadas à educação? “Incrementar” a participação da União (ente federativo) na educação básica? As carreiras dos professores e dos profissionais da educação? As equipes de acolhimento, apoio e orientação escolares (psicólogos, assistentes sociais etc.)? “Incrementar” o número de escolas de tempo integral ou o número de escolas de formatos outros, com ênfases formativas diversas (artísticas, culturais, humanísticas, profissionalizantes)? Ou “Incrementar” o número de Bolsas de iniciação científica e de auxílio já no Ensino Médio?

Determinado pela política do performativo, os efeitos acerca do caminho proposto – “Incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas [...]” – reduzem, simplificam e/ou deslocam as complexidades e os desafios da educação no/para o Brasil a um debate sobre o modo como as disciplinas pertencentes ao currículo da educação básica devem ser ministradas. O outro, o diferente, a diferença, o que se diz, ou que se pode dizer sobre a educação, desta feita, é tamponado pela promessa de: “Incrementar ações que forneçam os fundamentos de importantes disciplinas [...]”, firmada como a mais recomendável. Assim sendo, a resposta está dada e o candidato, por trazer esses elementos em seu plano, está vigilante e atento; aliás, mais do que isso, a despeito de apresentar uma resposta, ele está sensível às possíveis agruras que envolvem o tema.

Nessa trilha, segundo o encaminhamento indicado, o problema da educação no Brasil não diz respeito a nada mais nada menos que não seja este, o modo, a metodologia, o fazer pedagógico das disciplinas que, obrigatoriamente, precisam ser ofertadas. Elementos estruturais e estruturantes, para além dos conjunturais, não somente deixam de ser mencionados, mas uma visão de totalidade material acerca do tema é ignorada, uma vez que, para não se tratar do todo (e de seus desdobramentos), o problema é individualizado, e, sobretudo, localizado, desarticulado de outros fatores e variantes que o significam igualmente.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA, Maria Cristina Leandro Ferreira. **Da ambiguidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- PÊCHEUX, Michel. [1979] Foi “propaganda” mesmo que você disse? Trad. Sérgio Augusto Freire de Souza. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux, textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. p.121-129.
- PÊCHEUX, Michel. [1975] **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 2014.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e Argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, n.1, p. 73-81, jul./dez.1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6915>. Acesso em: 20 dez. 2023.